

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019  
**EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1265614 - DF**  
**(2018/0064078-2)**

**RELATOR : MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**EMBARGANTE : JOSÉ VIEIRA ALVES**  
**ADVOGADOS : MIGUEL RODRIGUES NUNES NETO - DF025558**  
**PAULO HENRIQUE BURJACK VIEIRA E OUTRO(S)**  
**- DF040220**  
**ADEMAR SILVA DE VASCONCELOS - DF016904**  
**PEDRO ERNESTO VIANNA DE SOUZA - DF048710**  
**REBECA ARRUDA BURJACK FARIAS - DF050949**  
**EMBARGADO : CBR 011 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS**  
**LTDA**  
**ADVOGADOS : RACHEL ANDRADE SALES RATTACASO -**  
**CE016150**  
**MARCUS CLAUDIUS SABOIA RATTACASO**  
**DAVID ANDRADE RATTACASO - CE027931**  
**RÔMULO MARQUES DE SOUSA VIEIRA -**  
**CE029365**  
**CLEANE DE LIMA AQUINO - CE030103**

### **EMENTA**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO.**

1. Ausentes quaisquer dos vícios elencados no artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, incabível a oposição de aclaratórios.
2. A ausência de impugnação de fundamento suficiente para a manutenção do acórdão recorrido enseja o não conhecimento do recurso e atrai a incidência do óbice da Súmula nº 283/STF.
3. É inadmissível o inconformismo por deficiência na sua fundamentação quando as razões do recurso estão dissociadas do que decidido no julgado recorrido. Aplicação da Súmula nº 284/STF.
4. O Superior Tribunal de Justiça tem afastado o óbice da Súmula nº 7/STJ, para rever a verba honorária arbitrada nas instâncias ordinárias, quando verifica que o julgador se distanciou dos critérios legais e dos limites da razoabilidade, fixando-a em valor irrisório.
5. Na hipótese, observadas as peculiaridades da lide, a Corte local majorou os honorários advocatícios fixados na sentença a partir do valor da causa e em obediência aos limites impostos pelo § 2º do art. 85 do CPC/2015.
6. Embargos de declaração rejeitados.

### **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrichi, Paulo de Tarso Sanseverino, Marco

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019  
Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 18 de Fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva  
Relator

